

FRANCIELE CRISTIANE DA SILVA

CONTROLES PARA CONCESSÃO DE CRÉDITO NA REALIZAÇÃO DE  
OBRAS PARA A COPA 2014

CURITIBA

2014

FRANCIELE CRISTIANE DA SILVA

CONTROLES PARA CONCESSÃO DE CRÉDITO NA REALIZAÇÃO DE  
OBRAS PARA A COPA 2014

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Programa do Curso de Pós Graduação do Departamento de Ciências Contábeis do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná como requisito para obtenção do título de especialista em Controladoria.  
Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Márcia Bortolocci Espejo

CURITIBA

2014

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> Organograma TCU.....	22
<b>Figura 2</b> Pasta Instruções – Planilha QUF BNDES .....	35
<b>Figura 3</b> Pasta 1 Notas Fiscais – Planilha QUF BNDES .....	35
<b>Figura 4</b> Pasta 2 QUF – Planilha QUF BNDES .....	37
<b>Figura 5</b> Pasta Conciliação Bancária – Planilha QUF BNDES .....	38
<b>Figura 6</b> Planilha Comparativo entre Orçamento e Memória de Cálculo Avanço Físico .....	39
<b>Figura 7</b> Planilha Comparativo entre Orçamento e Memória de Cálculo Avanço Físico .....	39
<b>Figura 8</b> Planilha Comparativo entre Orçamento e Memória de Cálculo Avanço Físico .....	40
<b>Figura 9</b> Planilha Comparativo entre Orçamento e Memória de Cálculo Avanço Físico .....	40

## RESUMO

SILVA, C.F. **Controles para concessão de crédito na realização de obras para a Copa 2014.** Esta pesquisa apresenta como são feitos os controles, para atender as exigências da concessão de créditos para realização das obras para a Copa 2014. A realização do trabalho foi através de um estudo de caso de uma empresa criada para o gerenciamento da obra de uma dos estádios que sediarão os jogos. O estudo buscou identificar através de programas criados para atender este tipo excepcional de crédito, os critérios definidos para a obtenção, quais são as exigências definidas pelo banco concessor, como as organizações realizarão seus controles para atender aos critérios definidos nos programas e como é feita a fiscalização destas concessões. Cabe à controladoria participar deste processo conduzindo a gestão dos recursos captados junto ao programa e a atender de maneira imediata as solicitações feitas nas fiscalizações dos órgãos responsáveis.

Palavras-chave: Controladoria, Concessões de créditos, BNDES, Fiscalização.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>7</b>
1.1 PROBLEMA	8
1.2 OBJETIVOS	9
1.2.1 Objetivo Geral	9
1.2.2 Objetivos Específicos	9
1.3 JUSTIFICATIVA	9
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO</b>	<b>11</b>
2.1 COPA DO MUNDO DE FUTEBOL	11
2.1.2 GECOPA	13
2.1.3 Participação do governo	13
2.2 BNDES	15
2.2.1 Financiamentos BNDES	15
2.2.2 Programas	17
2.3 PROGRAMA PROCOPA ARENA E TURISMO	17
2.3.1 Programa ProCopa Arena	18
2.4 FISCALIZAÇÃO DO REPASSE	20
2.4.1 Tribunal de Contas da União – TCU	20
2.4.1.1 Organização Interna do TCU Para a Fiscalização	21
2.4.1.2 Atuação do TCU	22
2.4.2 Tribunal de Contas do Estado – TCE	23
2.4.2.1 Análise do projeto	26
2.4.3 FOMENTO	26
2.4.3.1 FOMENTO e a Copa 2014	28
2.5 PROCEDIMENTOS DA ESTUTURAÇÃO FINANCEIRA	28
<b>3 METODOLOGIA</b>	<b>31</b>
3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA	31
3.1.1 Quanto à abordagem do problema	31
3.1.2 Quanto aos procedimentos	31
3.1.3 Quanto aos objetivos	32
<b>4 ESTUDO DE CASO</b>	<b>33</b>
4.1 CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	33
4.2 ANÁLISE DA ENTREVISTA	33
4.3 ANÁLISE DOCUMENTAL	34

<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES .....</b>	<b>43</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>44</b>
<b>APÊDICE A.....</b>	<b>47</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Em novembro de 2007 o Brasil foi nomeado pela Federação Internacional de Futebol Associado (FIFA) o país eleito a sediar a Copa do Mundo de Futebol 2014. Com a decisão da entidade dirigente máxima do futebol internacional, propiciou hipotéticos investidores da iniciativa privada elaborassem projetos para receber e hospedar um dos maiores eventos esportivos do mundo. O evento além de exigir uma grande organização, promete uma considerável contribuição para estimular o crescimento econômico, trazendo investimentos e oportunidades, movimentando áreas de diferentes seguimentos.

Os recursos para a realização das obras foram financiados pelos governos federal, estadual e municipal e pela iniciativa privada, os bancos que realizaram as concessões de créditos para os projetos aprovados foram Caixa Econômica Federal (CEF) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), nos quais foram criados programas específicos para atender esta destinação . Em 2009 ao definir as doze cidades (Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Brasília, Cuiabá, Curitiba, Salvador, Fortaleza, Manaus, Natal e Recife) como sede da Copa do Mundo de 2014 no Brasil, automaticamente foi divulgado nos veículos de comunicação os valores para construir e reformar os estádios para o megaevento, cerca de 4 bilhões de reais. Porém com relação a mobilidade urbana, transporte, saneamento e segurança publica, nenhuma das doze cidades apresentaram um diagnóstico sobre as ações e custos para a recepção do evento.

Diante desta situação, com receio de que a desorganização ocorrida nos jogos Pan Americanos de 2007 se repita na Copa 2014, levou o governo a tomar uma medida preventiva, criando a Subcomissão Permanente para Acompanhamento, Fiscalização e Controle dos Recursos Públicos Destinados a Copa 2014, que também irão fiscalizar os repasses aos jogos Olímpicos 2016. Esta comissão a partir da sessão legislativa de 2009, busca informações capazes de garantir a sociedade, transparência com relação aos gastos feitos pelo poder publico nas obras destinadas as construções e reformas para Copa 2014.

Desta forma o trabalho analisa, os critérios exigidos pelo BNDES para a concessão de crédito, na empresa gerenciadora como são evidenciados e realizados os controles para atender estas pré-estabelecidas. Também será explanada a importância do papel da controladoria em atender os critérios pré e pós concessão, além de apresentar de que maneira são atendidos os órgãos de fiscalização dos recursos concedidos e suas exigências.

Este trabalho tem como objetivo identificar como realizar os controles exigidos pelo BNDES, para a concessão de crédito para a realização de obras para a Copa 2014.

## 1.1 PROBLEMA

O Brasil ao ser escolhido para sediar a Copa 2014, assumiu a responsabilidade de organizar o evento atendendo as normas estabelecidas pela FIFA. Para atender tais exigências, teve que investir significativamente em obras para melhorar a infraestrutura de seus estádios, mobilização urbana, transporte, saneamento e segurança pública. Visando com este a oportunidade de captar planos de investimentos que resultarão em benefícios para a sociedade.

Para recepcionar os jogos as cidades-sede precisam realizar uma série de obras, entre elas estão: 13 estádios, 50 projetos em mobilidade urbana, além dos projetos de segurança, infraestrutura turística, telecomunicações e tecnologia da informação, energia, sustentabilidade ambiental e promoção e comunicação do país, que estão em fase de finalização. Para que estas obras ocorram, recursos deverão ser captados, segundo o TC 024.749/2012-5, (p. 2):

A Resolução 3.801/2009 do Conselho Monetário Nacional (CMN) fixou limite de R\$ 400.000.000,00 para a construção e reforma dos estádios escolhidos para a realização da Copa do Mundo, bem como para o seu entorno. Por sua vez e em cumprimento às condições estabelecidas pela Resolução CMN 3.801/2009, o Programa ProCopa Arenas do BNDES, criado pela Resolução BNDES 1.888/2010, de 12/1/2010, e disciplinado atualmente pela Resolução BNDES 2.205/2011, de 27/12/2011, tem por finalidade apoiar os projetos de construção e reforma das arenas e a urbanização do entorno, com objetivo de realização da Copa do Mundo de 2014.

Os projetos aprovados pela FIFA, para poderem ter acesso aos financiamentos concedidos pelo BNDES, devem combinar o desenvolvimento

sustentável das cidades-sedes, com a garantia de inclusão social dos trabalhadores e geração de empregos.

Alguns órgãos ficaram incumbidos de acompanhar e avaliar a regularidade das operações de crédito realizada entre o BNDES e o Governo federal, estaduais e municipais, com o objetivo de conhecer as ações do BNDES ligadas ao financiamento dos projetos.

Diante dos critérios estabelecidos para realizar a concessão de crédito no programa ProCopa, o estudo responder a seguinte questão: como realizar os controles, para atender as exigências do BNDES, em relação a concessão de crédito para a realização de obras para a Copa 2014?

## 1.2 OBJETIVOS

### 1.2.1 Objetivo Geral

Tem como objetivo geral, identificar como realizar os controles exigidos pelo BNDES, para a concessão de crédito para realização de obras para Copa 2014.

### 1.2.2 Objetivos Específicos

Descrever quais são os controles exigidos pelo BNDES;

Demonstrar de que forma os controles são realizados e apresentados ao órgão;

Explicar a relevância da elaboração e fiscalização destes documentos.

## 1.3 JUSTIFICATIVA

Desde quando o Brasil foi nomeado país sede para realização da Copa 2014, este está sendo um assunto em evidência e criticado pela população brasileira, tanto que involuntariamente provocou manifestações por todo país, questionando os altos investimentos realizados para atender a exigências da FIFA e assim poder efetivamente sediar o evento. O governo, por meio do BNDES, concedeu empréstimos para a construção e reformas de estádios da Copa 2014, na mídia só destacou os valores repassados para as obras, mas não os critérios utilizados para tal concessão e os procedimentos de prestações de contas destes que tomaram o empréstimo.

Ao demonstrar como uma destas empresas deve realizar e entregar seus controles para atender as exigências do BNDES, destaca-se a relevância que tais controles exercem sobre o processo de concessão, ficando claro que há critérios a serem atendidos e a fiscalização exercida para a regularidade da destinação da verba. Assim como os documentos que realmente fazem-se necessário para a análise do Órgão concessor.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 COPA DO MUNDO DE FUTEBOL

A Copa do Mundo é maior competição do planeta que envolve apenas um esporte, consegue equiparar sua importância com os jogos Olímpicos. Começou com jogos entre comunidades britânicas, era pouco praticado fora da Grã-Bretanha, o esporte acabou sendo difundido em outros países, através da imigração dos ingleses e de turistas que visitavam a Inglaterra. O futebol ganhou popularidade, com isso houve a necessidade de criar uma federação para reger e congregar os países interessados a desenvolver ainda mais a prática esportiva, para atender esta necessidade em maio de 1904 é criada a FIFA (Federação Internacional de Futebol Associado), onde reunia sete países europeus, atualmente a entidade possui 213 países associados. Após a filiação da FIFA como COI (Comitê Olímpico de Futebol), passaram a organizar Torneio Olímpico de Futebol, com sua primeira edição em 1924 e vitória do Uruguai, com esta edição o Torneio Olímpico ganhou destaque e público, nas Olimpíadas de 1928 a competição já valia medalhas onde mais uma vez os uruguaios levaram a melhor, com o crescimento do futebol e o aumento de países se tornando filiados, a FIFA ainda em 1928 decide criar a Copa do Mundo, e sua primeira edição aconteceu no Uruguai no ano de 1930. Nesta primeira edição apenas 13 países participaram, onde mais uma vez o Uruguai saiu campeão.

A segunda edição da Copa do mundo aconteceu 4 anos mais tarde na Itália, onde os donos da festa levantaram a Taça Jules Rimet. Na terceira edição em 1938 o país escolhido para sediar os jogos, foi o país do grande idealizador da Copa e presidente da FIFA na época, o francês Jules Rimet, porém desta vez os anfitriões a exemplo das 2 edições anteriores não tiveram a mesma sorte, foram eliminados nas quartas-de-final, e mais uma vez a Itália consagrou-se campeã dona do título de 1938.

Nos anos de 1942 e 1946, a competição foi suspensa por conta da segunda guerra mundial, retomando seu evento em 1950, onde o país escolhido foi o Brasil, mas mesmo com ótima campanha durante os jogos, o Brasil ficou em segundo lugar,

perdendo o título para o Uruguai. Em 1954 a anfitriã Copa era a Suíça, que assim como a França nos jogos de 1938, foi eliminada nas quartas-de-final e a seleção campeã desta edição foi a Alemanha. Na Copa do Mundo de 1958 a eleita a sediar o mundial foi a Suécia, que disputou no jogo final a tão sonhada Taça Jules Rimet com o Brasil, mas a seleção brasileira levou a melhor ganhou seu primeiro título na competição, e consecutivamente na copa de 1962 levou a taça desta vez era o Chile como dono a casa. A 8ª edição em 1966 da Copa do Mundo ocorreu na Inglaterra, cuja qual foi campeã deste torneio, em 1970 quem sediou os jogos foi o México, onde a seleção “Canarinho” tornou-se tricampeã e o Brasil ganhou o direito de ficar definitivamente com a Taça Jules Rimet. Os jogos de 1974 ocorreram na Alemanha Ocidental, nesta Copa o time holandês, ganhou destaque pelo diferencial demonstrado em seu esquema tático de jogo, a seleção ficou conhecida como “Laranja mecânica” e “Carrossel Holandês”, era a favorita ao título desde ano, mas perdeu a final de virada para a Alemanha Ocidental que tornou-se bicampeã no torneio. A Copa do Mundo de 1978 foi sediada pela Argentina, onde a mesma tornou-se campeã. Em 1982 o país anfitrião foi Espanha, mas o país que levou título foi a Itália. Na 13ª edição do torneio realizado no México em 1986, quem levantou a taça foram os argentinos, onde consagraram seu bicampeonato no mundial. No ano de 1990 o evento mais uma vez foi sediado na Itália, porém os donos da casa ficaram em terceiro lugar, a seleção que ergueu a taça foi a Alemanha Ocidental empatando com o Brasil no número de títulos conquistados. A Copa de 1994 aconteceu nos Estados Unidos, onde após um jejum de 24 anos o Brasil conquista mais um mundial, liderando o ranking das seleções campeãs. Em 1998 o evento voltou a ser sediado pela França, mas diferente de 1938 desta vez a anfitriã foi campeã, onde deixou a seleção brasileira com o gosto amargo da derrota por 3x0. O Japão foi país sede do evento Copa do Mundo em 2002, mas a seleção a triunfar nesta edição do campeonato foi a brasileira, onde despontou na liderança conquistando o pentacampeonato. A Alemanha mais uma vez foi anfitriã da Copa desta vez em 2006, onde a Itália levou o título de tornou-se tetracampeã. Em 2010 coube a África do Sul receber os jogos em casa, devido a alteração no regulamento da FIFA, onde diz que deve-se fazer um rodizio entre os continentes com o intuito de fazer com que os jogos percorram todo globo e não se limite à alguns países, nesta edição a Espanha pela primeira vez leva o título para casa. Em 2007 o Brasil é escolhido para sediar os jogos de 2014.

### 2.1.1 Brasil país sede Copa 2014

O Brasil foi escolhido oficialmente como país-sede para a Copa do Mundo 2014, em 30 de outubro de 2007, o comunicado foi realizado pelo comitê executivo da FIFA em Zurique na Suíça.

Segundo Revista Veja (2013), o motivo pelo qual o Brasil foi escolhido como anfitrião dos jogos, se deve a alteração no regulamento da FIFA, em 2000 decidiu estabelecer rodízios entre os continentes para abrigar o campeonato, em 2010 coube a África do Sul o mais desenvolvido país africano. Sendo a América do Sul a próxima a escolher o país que receberá os jogos em 2014, a disputa ficou entre Brasil e a Colômbia, porém em abril de 2007 a Colômbia retirou sua candidatura a país-sede alegando não conseguir atender as exigências da FIFA para sediar tal evento, assim tornando o Brasil único candidato, um dia antes de anunciar o Brasil como país-sede para a Copa do Mundo 2014 a FIFA divulgou o fim dos rodízios entre continentes, para que não haja candidaturas únicas assim como ocorreu na eleição na América do Sul.

### 2.1.2 GECOPA

É uma seção destinada a divulgar as manifestações, artigos, entrevistas e outros sobre o Grupo Executivo da Copa do Mundo FIFA 2014. Segundo a Resolução GEPOCA Nº 4, de 7 de março 2012, o GECOPA estabelece critérios de avaliação e aprovação das atividades inerente a COPA das Confederações 2013 e Copa do Mundo 2014, ou seja, os órgãos e entidades da administração federal, ou financiadas com recursos da União, inclusive mediante patrocínio, incentivos fiscais, subsídios, subvenções e operações de crédito, para serem consideradas como integrantes do conjunto de ações do Governo Brasileiro, deveram passar e ser aprovado pelo crivo do Grupo Executivo.

### 2.1.3 Participação do governo

Em 2007, com a nomeação eufórica do Brasil país sede deixou-se de lado alguma subversões sobre a capacidade financeira do país em sediar tal evento, como compete ao Congresso Nacional, zelar pela adequada aplicação dos recursos do Estado, a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, criou a Subcomissão da Copa 2014 e Olimpíadas 2016 (CMACOPOLIM). Segundo o relatório CMACOPOLIM (2009), o mundo vivia um momento de euforia financeira. Raras vezes prediziam, então, que pairava no ar o risco de uma implosão dos bancos, onde o governo ignorou os riscos de tal hospedagem, nesta época, o presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Ricardo Teixeira, deixou claro através de vários veículos de mídia que a iniciativa privada arcaria com a maior parte das despesas necessárias para adequar os estádios brasileiros às exigências da FIFA.

Em 2009 quando a FIFA divulgou as 12 cidades-sede dos jogos, foi quando os brasileiros se deram conta de quanto custariam as reformas e adequações para atender a Copa do Mundo 2014, (CMACOPOLIM,2009).

Conforme está sendo divulgado no site onde o governo declara suas ações com relação aos investimentos e parcerias, [www.portaltransparencia.gov.br](http://www.portaltransparencia.gov.br) (2013) após a divulgação das cidades que sediarão os jogos, para que possam efetivamente receber tal evento, deveram passar por construções e reformas, onde será necessária a realização de obras e empreendimentos com o objetivo de melhorar aspectos relativos a instalações esportivas e à mobilidade urbana, onde estas ações serão desenvolvidas através de parceria entre os governos federal, estaduais e municipais e alguns clubes de futebol, ou seja, a versão onde dizia que as iniciativas privadas arcaria com a maior parte das despesas torna-se uma incógnita.

Como consta no portal, o Governo Federal colocou a disposição das cidades-sede, através de instituições financeiras, para a realização de seus projetos recursos que somam um valor de R\$ 9.761.327.963 (contratado) e até o ultimo acesso em 31/01/2014 o valor liberado foi de R\$ 7.206.023.334. Este valor ficou distribuído entres a seguintes instituições financeira: Caixa Econômica Federal, BNDES, BNB, Banco do Brasil AS e o Banrisul, sendo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES o que detém a maior fatia do valor contrato somando R\$ 5.540.707.910, representando 56,76% da liberação total do Governo Federal.

## 2.2 BNDES

Segundo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social – BNDES (2013) é uma instituição pública federal, principal instrumento de financiamento de longo prazo para realização de investimentos em todos os segmentos da economia. O banco foi fundado em 1952, oferece condições especiais para micro, pequenas e médias empresas. O apoio se dá por meio de financiamentos a projetos de investimento, aquisição de equipamentos e exportação de bens e serviços. Atua no fortalecimento da estrutura de capital das empresas privadas, reforçando o compromisso histórico com o desenvolvimento de toda a sociedade brasileira em alinhamento com a economia contemporânea.

As fontes e recursos do BNDES são provenientes em sua maior parte do tesouro nacional, sua missão é “Promover o desenvolvimento sustentável e competitivo da economia brasileira, com geração de emprego e redução das desigualdades sociais e regionais”.(BNDES,2013)

Para a realização das concessões de crédito, o BNDES segue um parâmetro, onde investe em empreendimentos de organizações e pessoas físicas, desde que atendam critérios onde priorizam o desenvolvimento com inclusão social e criação de empregos, o projeto atendendo estas linhas, a obtenção do crédito poderá ser feito através de financiamentos, recursos não reembolsáveis e subscrição de valores mobiliários. Em alguns casos específicos, o apoio financeiro pode se dar de forma conjugada, entre as modalidades, mas a decisão de utilizar financiamento a uma parte de projeto e via subscrição de valores mobiliários em outra, cabe ao BNDES.

### 2.2.1 Financiamentos BNDES

Conforme o BNDES (2013), a modalidade de financiamento na instituição é dividida em produtos correspondente a finalidade do empreendimento, onde são estipuladas regras de condições financeiras e procedimentos para o processo de financiamento, para cada produto aplicam-se linhas de financiamento com regras particulares, conforme o perfil de cada linha. Além destas linhas, o banco possui outras vertentes para o financiamento, que são os Programas, voltados para um

determinado segmento econômico e os Fundos, também destinados a setores específicos de atividade.

A solicitação de financiamento poderá ser realizada por empresas, pessoas físicas que residam no país, associações e fundações, entes da Administração Pública, direta ou indireta, desde que atendam os requisitos mínimos estipulados para cada tipo de cliente. As solicitações podem ser feita de forma indireta (realizada por meio de instituição financeira credenciada ou cartão BNDES), direta (pelo BNDES) ou mista (combinando a forma direta com indireta não automática), dependendo do apoio utilizado.

Os pedidos de financiamento passam por cinco fases: consulta prévia, perspectiva, enquadramento, análise e contratação.

**Consulta prévia**, onde são especificadas as características do beneficiário e do empreendimento, necessárias para análise do enquadramento;

**Perspectiva** é onde o beneficiário descreve os objetivos e metas do projeto com fundamentação para realização de tal;

**Enquadramento**, este decorre da análise feita através das informações concedidas na consulta prévia, neste é definido o tipo de financiamento que cabe ao projeto;

**Análise** quando é feita a conferência de todas as informações apresentadas e a viabilidade deste projeto;

**Contratação** é a realização do contrato para a concessão do crédito para financiar o projeto.

Segundo o procedimento tradicional do BNDES, observando as normas do RGO - Regulamento Geral de Operação, o primeiro passo é o enquadramento, onde o pretendente deverá enviar ao BNDES a carta consulta, onde especifica as características básicas do beneficiário e do empreendimento. Depois vem a análise onde é realizado por uma equipe de técnicos o estudo do projeto, considerando dentre outros, os aspectos econômico-financeiros, de engenharia, jurídicos e de organização e gerência do postulante, emite-se um relatório de análise de aprovação. Feito isso o relatório de análise, vai para aprovação onde será encaminhado para a diretoria do BNDES que decidirá quanto à aprovação do projeto. O projeto sendo aprovado segue para a contratação, após a autorização da Secretaria do Tesouro Nacional, a área operacional do BNDES disporá de até 60 dias, prorrogáveis por mais 60, para a elaboração do Contrato.

## 2.2.2 Programas

Os Programas são mecanismos de financiamento que o BNDES de caráter transitório, voltados para um determinado segmento econômico, o programa de incentivo possui condições financeiras próprias, mas são operados em produtos das linhas de financiamento, como têm caráter transitório, possui dotação orçamentária limitada e um prazo de vigência pré estabelecido..

## 2.3 PROGRAMA PROCOPA ARENA E TURISMO

A Copa 2014 é considerada pelo BNDES um mega evento, pois para o Brasil é um desafio inédito envolvendo esforços de coordenação e mobilização de recursos envolvendo União, Estados, Municípios e a iniciativa privada, para com as instalações desportivas, mobilidade urbana, hotéis, segurança, tecnologia da informática, telefonia, energia, e aeroportos e portos. Esta mobilização destes, traz para o país benefícios como a redução do atraso na infraestrutura, reforço na imagem internacional do Brasil com relação ao crescimento e inclusão social.

Conforme consta no relatório do TCU (março 2012), em novembro de 2011, a provisão de investimento do BNDES para a Copa 2014 era de 33 bilhões de reais, em instalações desportivas, mobilidade urbana, aeroportos e outras necessidades de infraestrutura. A dispersão geográfica se destinará em 12 cidades-sede, com coordenação descentralizada entre as cidades-sede, 12 estados, Ministérios dos Esportes e Casa Cível.

Para o BNDES, este mega evento deixa como legado para o país sede, uma divulgação maior da imagem do Brasil para o exterior através do incremento do turismo e comércio exterior. Melhoria na qualificação e gestão pública, em atender parâmetros internacionais. Além da infraestrutura, com polos de urbanização planejada, estádios e equipamentos desportivos construídos e renovados, onde o mesmo ocorrerá com as áreas de hotelaria, mobilidade urbana, tecnologia e segurança.

A matriz de responsabilidade para investimento na Copa 2014 ficou definida ao BNDES da seguinte maneira:

- Aeroporto/Portos, a responsabilidade na execução de investimentos e recursos cabe a União (Infraero);
- Arenas/Mobilidade Urbana, a responsabilidade na execução de investimentos cabe as cidades e estados, quanto aos recursos, serão provenientes dos municípios, estados e financiamento, onde o BNDES concederá aos estádios e a CAIXA a mobilidade;
- Hotéis, a responsabilidade na execução de investimento será do setor privado, os recursos serão de investidores privados e financiamento pela concessão do BNDES;

No orçamento de novembro de 2011 contemplava um total de 79 projetos, sendo 12 para estádios, 47 para mobilidades, 13 para aeroportos e 7 para portos, esta parte infraestrutura representa aproximadamente 69% do orçamento total, atingindo um montante de 22,7 bilhões, o restante para totalizar os 33 bilhões seriam destinados as áreas de serviços. A obtenção dos recursos dividiu-se em três vertentes, a OGU, financiamento federal e recursos locais/privados.

O BNDES formulou dois programas específicos para a concessão de crédito para a Copa 2014, o ProCopa Arenas e ProCopa Turismo, onde visa a sustentabilidade ambiental através de implantação de novos equipamentos com tecnologia moderna, a inserção urbana do projeto e a viabilidade econômica no pós evento.

Para o ProCopa Arenas foi destinado 4,8 bilhões de reais para construção e reformas de estádios e entornos e para o ProCopa Turismo disponibilizou 1 bilhão de reais em crédito para modernização da rede hoteleira. Estes dois programas tiveram como inspiração para sua formulação as questões de sustentabilidade ambiental, inserção urbana do projeto e viabilidade econômica pós-copa. Além de criar estes programas específicos o BNDES também dispõe de linhas de programas que atendem as diversidades dos investimentos e recursos necessários para concessão de crédito.

### 2.3.1 Programa ProCopa Arena

Este programa foi criado para financiar a construção e reformas dos estádios e entornos para Copa 2014 nas cidades sedes, os critérios especiais para esta concessão do crédito:

- Projeto aprovado pela FIFA;
- Certificação de sustentabilidade Ambiental;
- Adequação da inserção urbana com soluções ao entorno;
- Plano de viabilidade econômica pós-copa.

Atendendo estes critérios exigidos, a organização terá 75% do projeto orçado financiado pelo BNDES com taxas TJLP de 6% mais 0,9% mais risco de crédito, com prazos de carência de 3 anos para e 12 meses para realizar a amortização.

Para a realização da análise para concessão de crédito, no Programa ProCopa Arenas, a instituição interessada, teve que atender as seguintes exigências, (BNDES, 2013).

Para análise:

- a. Projeto básico da arena aprovado pela FIFA, que contemple aspectos relacionados à sustentabilidade ambiental, acompanhado de memórias de cálculo e orçamento completo;
- b. Estudo de viabilidade econômica da arena, com foco na sustentabilidade financeira no longo prazo e na solução de gestão;
- c. Estudo de impacto de vizinhança e de impacto no trânsito nas adjacências da arena; e
- d. Descrição dos projetos de intervenção no entorno da arena, com os respectivos orçamentos.

Para utilização de parcela superior a 20% do crédito:

- a. Projeto executivo da arena aprovado pela FIFA;
- b. Contrato firmado com entidade certificadora de Qualidade Ambiental reconhecida internacionalmente e/ou acreditada pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO), com vistas à obtenção de certificação para o projeto;
- c. Contrato firmado com empresa independente para auditar a execução físico-financeira dos investimentos; e
- d. Descrição dos projetos básicos e contratação das obras de intervenção no entorno.

Após a contratação:

- a. Certificação emitida para o empreendimento por entidade certificadora de Qualidade Ambiental reconhecida internacionalmente e/ou acreditada pelo

INMETRO, em até 12 meses após o término do prazo de utilização dos recursos.

Após atender todas as exigências burocráticas para se beneficiar do recurso do empréstimo dentro do Programa ProCopa Arenas, a instituição terá um prazo de 12 meses após o término de utilização dos recursos contratados, para apresentar uma certificação emitida para o empreendimento, por entidade certificadora de Qualidade Ambiental reconhecida pelo SINMETRO.

## 2.4 FISCALIZAÇÃO DO REPASSE

Conforme o Acórdão nº 678/2010 –TCU – Plenário foi intitulado à 9ª Secretaria de Controle Extremo (9ª SECEX), o objetivo de fiscalizar a regularidade dos procedimentos de concessão de empréstimos e financiamentos realizados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) para as obras de construção e reformas de estádios que sediarão os jogos da Copa do Mundo de Futebol 2014.

As obras receberam recursos públicos, os dois principais bancos responsáveis pelo financiamento foram o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social e Caixa Econômica Federal.

A execução e a responsabilidade serão dos estados e municípios que receberão o repasse, a competência para fiscalizar este repasse cabe ao TCE e TCU, já as obras no âmbito federal como aeroportos e portos serão exclusivamente fiscalizadas pelo TCU.

Segundo o TC-010.721/2010 – Fiscalis nº 496/2010 (p.2),

A metodologia utilizada nesta fiscalização compreendeu reunião com gestores do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, análise documental, a partir de informações disponibilizadas pelo BNDES, e revisão da legislação e documentos institucionais relativos ao tema.

O objetivo destas fiscalizações é verificar como o dinheiro destinado a copa será aplicado e quais serão os benefícios gerados ao país.

### 2.4.1 Tribunal de Contas da União – TCU

O TCU atua na rede de informações e controles dos processos de concessão fiscalizando o controle dos gastos, destinados aos projetos que obtiveram aval para tais financiamentos.

A definição da atuação fiscalizadora do TCU com relação às obras da Copa 2014 de acordo com o Acórdão 757/2010 – Plenário, a participação da União, restringe-se a financiamentos concedidos pela Caixa e pelo BNDES.

Em seus limites constitucionais, cabem ao TCU somente a análise dos procedimentos de contratação das operações de crédito e a verificação da adequação e da suficiência das garantias. Já as fiscalizações da aplicação dos recursos obtidos ficam por conta do TCE.

O Acórdão nº1516/2011 comunica as procuradorias da República e ao Tribunais de Contas com jurisdição nas cidades-sede da Copa 2014, referente as Parcerias Público Privadas (PPPs), a atuação do TCU ocorrerá, preferencialmente através de reuniões técnicas, palestras e eventuais treinamentos, nos termos do protocolo de intenções para formação da Rede de Controle da Gestão Pública e do Protocolo de Execução para realização da Copa 2014.

Para maior efetividade na fiscalização e controle dos gastos públicos nas ações para Copa 2014, instituiu-se a Rede Copa, em parceria com a Câmara dos Deputados o Senado Federal e os Tribunais de Contas das cidades que sediarão os jogos. Uma das principais ações da Rede Copa foi a criação do site [www.copatransparente.gov.br](http://www.copatransparente.gov.br). Neste portal tem-se o acompanhamento dos gastos e informações dos documentos relevantes para o controle da destinação das verbas cedidas. Através da IN nº62 de 2010 dispôs ao TCU as normas dos controles em relação aos recursos federais destinados a Copa 2014 e para maior transparência de tais controles o tribunal criou o portal [www.fiscalizacopa2014.gov.br](http://www.fiscalizacopa2014.gov.br), onde insere os documentos e demonstra os relatórios físicos e financeiros e cada tribunal fica responsável de disponibilizar e permitir que o público acesse os resultados auditados.

#### 2.4.1.1 Organização Interna do TCU Para a Fiscalização

O plenário do TCU designou o Ministro Valmir Campelo para presidir o relatório de todos os processos constituídos no Tribunal, referentes a preparação do

evento. Juntou-se varias unidades da secretaria geral de controle externo do TCU. Para um melhor controle a SEGESEX reestruturou e ramificou as unidades envolvidas de acordo co suas especialidades técnicas.

Organograma apresentado no Relatório de situação abril de 2013 (2013, p.12), demonstra como será feita distribuição de responsabilidades entre as unidades:



**Figura 1:** Organograma TCU

**Fonte:** TCU e a Copa do Mundo 2014 - Relatório de situação Abril/2013, (2013, p.12).

#### 2.4.1.2 Atuação do TCU

Primeiro realizou-se um levantamento de auditoria pela 6ª SECEX identificando ações federais adotadas e planejadas pelas diversas pastas ministeriais e a viabilidade da realização de fiscalizações futuras. Destacou-se os riscos envolvidos, as garantias oferecidas à FIFA e fiscalizações mais relevantes.

No Acórdão 2998/2009, o Plenário do TCU determinou que a Secretária Executiva do Ministério do Esporte e o Ministério das Cidades encaminhassem ao tribunal informações relativas as licitações, dispensas e inexigibilidades, bem como contratos realizados ou em andamentos no âmbito dos preparativos para a Copa do Mundo. O Tribunal de Contas da União determinou que a Casa Civil da Presidência da República encaminhasse a matriz de responsabilidade dos órgãos e entidades envolvidas nos preparativos para o evento e providências com relação ao PEAC 20014.

Com relação aos riscos após o levantamento apreciado pelo plenário do tribunal em 30 de junho de 2010, deu-se origem ao Acórdão 1517/2010 contendo diversas determinações com relação aos riscos identificados nas áreas de coordenação e supervisão das ações, estádios, aeroportos, mobilidade urbana e qualificação e aperfeiçoamento profissional para o setor turístico. Acórdão 2000/2011 Plenário TC 028.888/2010-3, recomenda ao Ministro do Esporte que disponibilize atas de deliberações em seu Home Page a fim de contribuir para maior transparência, fica a carga de a SECEX fiscalizar as obras previstas se atendem as exigências da FIFA e os contratos de financiamento com BNDES, investigar em cada governo local a previsão de início e de término das intervenções, estágio atual da obra e situação dos respectivos financiamentos.

#### 2.4.2 Tribunal de Contas do Estado – TCE

É o órgão responsável pela fiscalização do uso do dinheiro público, do Estado e nos demais 399 Municípios paranaenses, auxilia a atividade fiscalizadora da Assembleia Legislativa e Câmaras de Vereadores, controla todo o recurso público investido pelo governo do Paraná e prefeituras, o TCE tem a missão de tornar transparentes os gastos públicos à comunidade, apresentando os resultados das contas e a destinação do dinheiro público e se este foi aplicado corretamente e com qualidade.

De acordo com o TCE-PR (2014) atribui-se ao órgão as seguintes funções:

- Controlar a receita e as despesas do Estado e dos Municípios;
- Acompanhar a legalidade das contratações de pessoal, das aposentadorias, reformas e pensões estaduais e municipais;
- Analisar e julgar a legalidade das prestações de contas dos Poderes Legislativo, Judiciário, do Ministério Público e de todos os órgãos públicos;
- Emitir parecer prévio nas contas do governador do Estado e dos prefeitos, para posterior julgamento pelo Poder Legislativo, quer estadual, quer municipal;
- Julgar as contas de todas as associações e entidades que tenham recebido recursos do Estado ou dos municípios, para atividades sociais;
- Apreciar e julgar as denúncias sobre irregularidades ou ilegalidades praticadas por administradores públicos;
- Prestar orientação nas ações administrativas, respondendo as consultas formuladas.

Como o governo disponibilizou através do BNDES verba para a concessão de crédito, em cada cidade-sede cabe ao TCE acompanhar os gastos validando a destinação da verba, para realizar este acompanhamento foi instituída uma Comissão Fiscalizadora da Copa do Mundo 2014, o TCE fiscaliza as obras da Copa de 2014 no Paraná desde 2009, o TCE-PR desde que Curitiba foi anunciada como uma das cidades-sede do evento da FIFA.

A Comissão Fiscalizadora da Copa do Mundo 2014 atualmente é composta por uma equipe multidisciplinar de 24 servidores, das mais variadas áreas do Tribunal - Engenharia, Arquitetura, Contabilidade, Direito e Comunicação Social, com o objetivo de analisar e relatar em todos os detalhes a aplicação da verba concedida através do financiamento dentro do programa ProCopa Arenas do BNDES e deixar os cidadãos por dentro da evolução das obras da Copa do Mundo no Paraná, desde as etapas iniciais de licitação até a conclusão dos empreendimentos. O fará através de Relatórios de Auditoria e Atas das Sessões, nos relatórios de auditoria são relatados conforme a descrição do objetivo no Relatório Nº 01/2012- Copa 2014 (p. 1):

a) Fiscalizar os atos praticados pelo Estado do Paraná e Município de Curitiba para o planejamento, contratação e elaboração dos projetos das obras a serem executadas, sob suas responsabilidades, constantes da Matriz de Responsabilidades celebrada entre o Governo do Estado do Paraná, Prefeitura Municipal de Curitiba e Ministério do Esporte, para viabilização dos jogos da Copa do Mundo de Futebol - 2014, com ênfase ao cumprimento dos elementos técnicos definidos nos Termos de Referência para elaboração dos projetos e prazos contratuais.

b) Avaliar o Convênio firmado entre o Estado do Paraná, o Município de Curitiba e o Clube Atlético Paranaense, com a interveniência do IPPUC, que tem por objeto a ação compartilhada, através de parceria técnica, administrativa e financeira, para viabilizar a realização dos jogos da Copa das Confederações FIFA 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014 na cidade

de Curitiba, com as necessárias adequações do Estádio e Centro de Imprensa, de propriedade do Clube Atlético Paranaense.

Para a realização deste relatório, o TCE-PR solicita mensalmente a CAP SA empresa gerenciadora da obra, o orçamento e o cronograma físico financeiro da obra. Através deste consegue relatar a evolução e a destinação do recurso aplicado no empreendimento.

O financiamento para adaptação do estádio Joaquim Américo, foi estabelecido através do convênio tripartite entre o Estado do Paraná, o Município de Curitiba e o Clube Atlético Paranaense, onde a participação financeira será representada em 1/3 correspondente a cada entidade com relação ao valor total da obra. Segundo as alterações nos Termos Aditivos nº 19275/03 e nº 19275/04, a distribuição ficou da seguinte maneira:

(i) participação financeira de 1/3 do valor necessário para execução da obra para cada um dos partícipes, (ii) emissão de potencial construtivo especial, no valor correspondente às parcelas municipal e estadual, pelo Município de Curitiba tendo o Clube Atlético Paranaense como beneficiário, (iii) repasse do recurso correspondente ao valor sob responsabilidade do Estado do Paraná para o Município de Curitiba como compensação sobre a emissão do potencial construtivo especial e (iv) abertura de linha de financiamento para o Clube Atlético Paranaense.

Todos os atos decorrentes ao financiamento se baseiam no valor estabelecido no orçamento apresentado pelo Clube Atlético Paranaense, onde o custo necessário para a reforma totalizaria R\$ 184.600.000,00 (cento e oitenta e quatro milhões e seiscentos mil reais). Com relação a participação do Município e o Estado, no tripartite se deu ao potencial construtivo, ou seja, os estoques de potencial construtivos estão previstos nas Leis 13.430/02 constituem excedentes para construção, que variam entre o Coeficiente Básico e Coeficiente Máximo, o Básico é o quanto se pode construir em um terreno qualquer da cidade, sem que existam encargos financeiros adicionais, que podem variar de 1 a 2,5, estes índices representam o quanto se pode construir dentro de um terreno, e o índice for 1, equivale a construção de uma edificação com a mesma metragem do terreno, se for 2, duas vezes a metragem do terreno. O coeficiente Máximo pode chegar a 4, podendo então ser construído no terreno um edificação que corresponde a 4 vezes o tamanho, porém será cobrado o que exceder o mínimo qualificado ao terreno, se o mínimo for 2, e a construção 4, será cobrado o adicional que corresponde a 2, ou seja, deverá comprar do município o direito de construir a maior do que permitido. Porém o Município de Curitiba no que se refere a comercialização das cotas de

potencial ainda não se iniciou, porém as desapropriações necessárias para a construção do estádio foram efetivadas, somando o valor de R\$ 14.249.410,62 (quatorze milhões, duzentos e quarenta e nove mil, quatrocentos e dez reais e sessenta e dois centavos). Já o Estado do Paraná, segundo o Relatório 07 Copa 2014 – TCE-PR (2013, p. 01) :

O Estado do Paraná, até junho de 2013, repassou ao Município de Curitiba, em razão do Convênio tripartite, o valor de R\$ 30.556.152,41 (trinta milhões quinhentos e cinquenta e seis mil, cento e cinquenta e dois reais e quarenta e um centavos). Além deste valor, até mesma data, o Estado do Paraná repassou à Fomento Paraná o valor de R\$ 59.025.600,00 (cinquenta e nove milhões, vinte cinco mil e seiscentos reais), captado através do Contrato de Financiamento com o BNDES, para capitalização do Fundo de Desenvolvimento Estadual permitindo o financiamento da Sociedade de Propósito Específico CAP S/A – Arena dos Paranaenses.

#### 2.4.2.1 Análise do projeto

A análise do projeto executivo é realizada através de documentos disponibilizados por meio digital, os documentos são compostos pelas pranchas de desenhos, memoriais e quantitativos, orçamento e listagem de pranchas do projetos executivo. Por meios destes é possível constatar a integralidade e confrontar valores orçados, evidenciar se os elementos constituem de fato o projeto. Com o orçamento detalhado, analisa-se e quantifica erros de calculo, verba, valores totais de serviços e a compatibilidade do valor orçado com o praticado no mercado.

Os elementos de análises exigidos e encaminhados ao TCE-PR atende ao item 9.1.2 do Acórdão 664/2013, que corresponde a liberação de novas parcelas, referente ao financiamento disponibilizado para a obra.

#### 2.4.3 FOMENTO

A agência Fomento Paraná é uma instituição financeira de economia mista, organizada sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, porém seu capital social majoritário pertence ao Estado do Paraná. Segundo Fomento Paraná (2013), a instituição foi criada através da Lei Estadual nº 11741 de 1997, e em 08/11/1999 foi autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil por meio do documento DEORF/DIFIN-99/239. Como a Fomento Paraná é uma instituição financeira, ela

tem todas as operações e atividades submetidas às normas do Sistema Financeiro Nacional e é regularmente auditada e fiscalizada pelo Banco Central do Brasil e Tribunal de Contas do Estado do Paraná, atribuindo-lhe credibilidade e transparência na gestão de fundos e ativos financeiros que se encontram sob sua responsabilidade.

A Fomento atua no planejamento estratégico com conceito de resultado para o Governo do Estado, trabalha em sintonia com a política estadual de desenvolvimento regional, fornecendo apoio para iniciativas de modernização e ampliação das atividades de pequenas, médias e micro empreendedores tanto do campo quanto da cidade, afim de estimular a renda e o emprego no estado. Além de atuar em outros programas destinados ao público parceria com outras instituições de desenvolvimento como: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano – SEDU e seu ente vinculado, o PARANACIDADE, Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Paraná (SFM). Conforme destaca sua homepage, a Fomento Paraná tem ainda entre suas atribuições a gestão financeira de fundos públicos estaduais, como o Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE), o Fundo de Equalização do Microcrédito (FEM) e o Fundo de Aval Rural (FAR), e a gestão e cobrança da carteira de ativos pertencentes ao Estado do Paraná, oriundos do processo de monetização do Banco do Estado do Paraná – Banestado. Atuando através de:

- a) Intermediação financeira de produtos adequados às demandas de desenvolvimento econômico e social;
- b) Gestão de fundos de financiamentos específicos para o desenvolvimento do Estado;
- c) Execução de programas de financiamento, de caráter especial, de responsabilidade do Estado;
- d) Disponibilização de financiamentos com recursos próprios em programas destinados a segmentos específicos, identificados como demandadores de crédito de fomento e associados a projetos do Estado do Paraná.

A Fomento tem como seu objetivo é proporcionar aos paranaenses acesso ao crédito mais barato, onde através do apoio técnico financeiro consequentemente

estimula o crescimento e desenvolvimento do estado, com a missão de “Promover o desenvolvimento sustentável através do apoio técnico e financeiro voltado às necessidades da sociedade paranaense”.

#### 2.4.3.1 FOMENTO e a Copa 2014

Como o Estado do Paraná faz parte do convenio tripartite para a construção da Baixada, sendo um postulante desta operação de crédito, realizará um aporte de recursos através do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, o papel da agencia Fomento Paraná é de gestora administrativa e financeira do FDE.

Segundo TC 024.749/2012-5 a Agência de Fomento do Estado por intermédio de outro contrato de financiamento, condicionado pelo BNDES às mesmas condições estabelecidas para o Programa Pro Copa Arenas, transferirá os recursos necessários para a CAP S/A, controlada pelo Clube Atlético Paranaense, responsável pela execução das obras da Arena da Baixada, ou seja, a Fomento fará o papel do BNDES no repasse de valores no estado. Os valores incluem os repasses do financiamento do BNDES e do Fundo de Desenvolvimento Econômico – FDE , para as obras de reforma e ampliação do Estádio Joaquim Américo, para os jogos da Copa do Mundo da Fifa em Curitiba, em 2014.

## 2.5 PROCEDIMENTOS DA ESTUTURAÇÃO FINANCEIRA

O Clube Atlético Paranaense criou uma sociedade de propósito específico - SPE, a CAP S/A, com a finalidade de atender o convênio tripartite, firmado com o Estado e o Município com o objetivo comum de realização da Copa de 2014.

Segundo o Tribunal de Contas da União (TC 024.749/2012-5 p.6), a estrutura de engenharia financeira concebida para a realização das obras de adequação e reforma do estádio Joaquim Américo Guimarães, o fluxo financeiro seguirá a seguinte sequência:

- 1) Repasse do estado do Paraná para o município de Curitiba de R\$ 61.530.000,00, que serão aplicados, pelo Município, nas ações necessárias para viabilizar a realização do evento Copa 2014 no Estado;

- 2) Emissão de títulos de potencial construtivo pelo município de Curitiba, respeitando o limite de até 2/3 do valor total das obras da Arena, em favor do Clube Atlético Paranaense;
- 3) Cessão, pelo Clube Atlético Paranaense, dos títulos de potencial construtivo à SPE CAP S/A, para que os mesmos sejam utilizados como reserva de meio de pagamento aos financiamentos necessários;
- 4) Contratação do financiamento com o BNDES, a ser firmado entre o estado do Paraná e o BNDES, nas condições determinadas no Programa BNDES ProCopa Arenas. Complementam os R\$ 131.168.000,00 referentes à referida operação, outro financiamento de R\$ 3.522.000,00, oriundo da operação BNDES com o estado do Paraná, contrato EST/PR – PEF – II – OPE 2345169.0001;
- 5) Aporte de tais recursos, pelo Estado, no Fundo de Desenvolvimento Econômico – FDE, gerido pela Agência de Fomento do Estado do Paraná;
- 6) Financiamento à CAP S/A pelo FDE, com os recursos que foram aportados na forma do item 05, conforme autorização expressa da Lei estadual 16.733/2010, alterada pela Lei estadual 17.205/2012, nas mesmas condições e prazos fixados no contrato de financiamento a ser firmado entre o estado do Paraná e o BNDES;
- 7) Contratação junto ao FDE de um financiamento adicional, pela CAP S/A, no valor de R\$ 30.000.000,00, desembolsados a partir do orçamento do próprio FDE;
- 8) Complementação das fontes do projeto pelo aporte de recursos próprios da CAP S/A; e
- 9) Caução dos títulos de potencial construtivo ao FDE, para que os recursos provenientes de sua monetização sejam destinados aos pagamentos dos financiamentos tomados junto ao FDE, juntamente com as receitas operacionais da Arena.

Os valores descritos acima consideram o valor total do projeto inicial orçado em R\$ 184.600.000,00, onde já considera o RECOPA, que é o Regime Especial de Tributação para Construção, Ampliação, Reforma ou Modernização de Estádio de Futebol.

Além das condições padrão, estão sendo exigidas como condição prévia à contratação: a apresentação de ata de reunião do órgão deliberativo competente da Agência de Fomento do Paraná, revestida das formalidades legais, com objetivo de atender a divisão equivalente entre o estado do Paraná, o município de Curitiba e o Clube Atlético Paranaense, Curitiba emitirá o benefício do potencial construtivo com valor de 2/3 do total orçado para o projeto, recebendo do Estado metade deste valor em forma de repasse.

A distribuição do valor a ser pago mais os encargos terão a seguinte configuração, assim como demonstra o TC 024.749/2012-5 (2012, p. 7):

a) O Clube Atlético Paranaense cede títulos de potencial construtivo à CAP S/A, que os cauciona ao FDE para pagamento de 2/3 do serviço da dívida;

b) As receitas operacionais da CAP S/A são destinadas para o pagamento de 1/3 do serviço da dívida;

c) São criadas três contas vinculadas, administradas por agente fiduciário, para gerir os fluxos de recebíveis: (i) na “Conta Centralizadora Potencial” são depositadas as receitas oriundas da venda do potencial construtivo; (ii) na “Conta Centralizadora Receitas da Arena” é depositada a receita operacional da Arena; e (iii) a “Conta Reserva – Fluxo de Pagamento” centraliza os recursos para pagamento do serviço da dívida.

A “Conta Reserva – Fluxo de Pagamento”, segundo as condições a serem estabelecidas no contrato de financiamento entre a CAP S/A e a Agência de Fomento do Estado deverá possuir uma reserva de liquidez equivalente a três prestações mensais do serviço da dívida. A cada pagamento, a recomposição será feita na proporção de 2/3 de recursos provenientes da “Conta Centralizadora Potencial” e 1/3 da “Conta Centralizadora – Receitas da Arena”.

Como garantia do cumprimento do contrato o Clube colocou o Centro de Treinamento do Clube Atlético Paranaense, que o Relatório de Análise da operação pelo BNDES, as projeções dos fluxos de receita operacionais do Complexo Esportivo juntamente com a venda dos títulos de potencial construtivo são suficientes para pagar o financiamento da CAP S/A junto à Agência de Fomento do Estado.

Para conceder o empréstimo o BNDES, realizou uma análise com projeção financeira do Estado do Paraná segundo o TC 024.749/2012-5, para garantir a operação o BNDES utilizou como parâmetro o Fundo de Participação dos Estados (FPE).

### 3 METODOLOGIA

Segundo Silva (2004), a metodologia remete a um conjunto de procedimentos a serem utilizados para se obter conhecimento, é a aplicação de métodos, através de técnicas e processos. São procedimentos que levam a formulação de hipóteses, explicações, elaborações de leis e teorias. Explica que a metodologia indica as maneiras de encontrar as soluções, não em solucioná-las.

A seguir, apresenta-se a metodologia utilizada para buscar os resultados do presente estudo.

#### 3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

##### 3.1.1 Quanto à abordagem do problema

A fim de identificar e explanar os controles exigidos às empresas para obtenção de crédito junto ao BNDES dentro do programa ProCopa Arenas, será utilizada a abordagem qualitativa.

De acordo com Richardson (1999) a razão para realizar uma pesquisa com a metodologia qualitativa, podem descrever a complexibilidade de determinado assunto, analisar, compreender e classificar os processos vividos por grupos sociais.

A abordagem qualitativa se aplica no estudo dos critérios exigidos pelo programa para a concessão e em como a empresa se organiza para atender tais exigências dentro do prazo pré estabelecido

##### 3.1.2 Quanto aos procedimentos

Para identificar os controles exigidos, será realizado um estudo de caso onde será realizada uma pesquisa junto as diretrizes do BNDES e analisados os documentos entregues pela empresa concessionária.

De acordo com Gil (2010), o estudo de caso é considerado hoje como o delineamento mais adequado, pois através dele se podem explorar situações da

vida real, preservar o caráter unitário do objeto estudado, formular hipóteses e desenvolver teorias.

O estudo de caso “consiste em coletar e analisar informações sobre um determinado indivíduo, família, grupo ou comunidade, a fim de estudar aspectos variados de sua vida, de acordo com o assunto da pesquisa”. (ALMEIDA, 1996, p. 106)

O estudo de caso da pesquisa foi desenvolvido na área financeira de uma empresa instituída para a realização da construção de estádio onde receberá jogos para Copa 2014, foi realizada entrevista com perguntas abertas.

### 3.1.3 Quanto aos objetivos

Segundo Vergara (2009, p. 44 e 45) para de definir o tipo de pesquisa é proposto dois critérios básicos, a) quantos aos fins (que pode ser: exploratória, descritiva, explicativa, metodológica, aplicada ou intervencionista) e b) quanto aos meios de investigação (que pode ser: pesquisa de campo, pesquisa de laboratório, tematizada, documental, bibliográfica, experimental, ex post facto, participante, pesquisa-ação ou estudo de caso).

Com relação aos fins, o método optado para a pesquisa é a descritiva. Vergara (2009, p. 45), explica a definição sobre pesquisa descritiva:

A pesquisa descritiva expõe características de determinada população ou determinado fenômeno. Pode também estabelecer correlações entre variáveis e definir sua natureza. Não tem compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação. Pesquisa de opinião insere-se nesta classificação.

Quantos aos meios de investigação utilizados para realização, são os de investigação documental e pesquisa bibliográfica. De acordo com Vergara (2009, p. 46) “Investigação documental é realizada em documentos conservados na interior de órgãos públicos e privados de qualquer natureza, ou com pessoas.” E bibliográfica ainda pela definição de Vergara (2009, p 46), “[...] é o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é material acessível ao público.” Estes métodos terão como o objetivo do estudo, identificar como são realizados os controles para atender as exigência do BNDES.

## 4 ESTUDO DE CASO

### 4.1 CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

A empresa em análise é uma sociedade de propósito específico – SPE, CAP S/A, foi criada com a finalidade de construir e gerir o empreendimento imobiliário. A organização foi instituída para atuar na reforma e ampliação do estádio Joaquim Américo Guimarães e infraestrutura adjacente com intuito de sediar jogos, atendendo as exigências caderno de encargos da FIFA para a Copa de 2014.

A CAP S/A é um sociedade anônima de capital fechado com participação majoritária do Clube Atlético Paranaense, é a responsável por gerenciar a venda de produtos provenientes do Complexo Esportivo.

### 4.2 ANÁLISE DA ENTREVISTA

Para melhor entendimento dos procedimentos realizados pela CAP S/A, com relação a atender as exigências para liberação das parcelas em parceria com a FOMENTO juntos ao BNDES, foi realizada uma entrevista com o atual diretor financeiro da sociedade de propósito específico, CAP S/A. Na entrevista buscou-se esclarecer informações quanto à rotina burocrática da instituição. O diretor, quando questionado sobre estes tais procedimentos, esclareceu que como regra geral todos os empréstimos realizados pelo BNDES são feitos em parcelas, onde se comprova o que gasta e só então a instituição é ressarcida, ou seja, comprova-se que foi gasta de forma conveniente ao contrato a entrada, diante desta comprovação o banco liberará a próxima parcela e assim por diante.

Questionado sobre a relação no processo entre a CAP S/A e a Agencia FOMENTO, explicou que a Agencia FOMENTO é a centralizadora da operação e responsável por informar ao BNDES o avanço físico e financeiro da obra e solicitar o repasse da verba, onde este valor entra na conta da FOMENTO e depois é enviado ao destinatário no caso a CAP S/A.

Com relação a fiscalização do repasse, o diretor esclareceu que para fins de repasse do empréstimo, o documento que mais pesa é o relatório de auditoria da

empresa de auditoria independente, no caso da CAP S/A, a empresa que audita mensalmente é a PriceWC, onde atesta o avanço físico e financeiro da obra, com este documento a Agencia Fomento Paraná, pede a liberação ao BNDES. Informou que mensalmente os órgãos que solicitam análises frequentes são o TCE – Tribunal de Contas do Estado e o CGU – Controladoria Geral da União, nos casos desses órgãos as análises prestadas são com finalidades de acompanhamento e informação de relatório. O CGU solicita relação de fornecedores contratados no mês e os por contratar, cronograma físico financeiro da obra, relatório fotográfico do empreendimento e relação de licenças ambientais. Já o TCE segundo o diretor financeiro da CAP S/A limita-se a solicitar orçamento e o cronograma físico financeiro da obra.

Na utilização da verba o diretor deixa claro que não existe um controle diferenciado, pois seguem instruções repassadas pelo BNDES, onde o alimenta-se uma planilha elaborada pelo Banco que é exigida para fins de comprovação. Além de alimentar a planilha QUF – Quadro Usos e Fontes do BNDES, mensalmente são entregues a PriceWC, amostras de documentos e contratos conforme a necessidades, para que a mesma audite e aprove todos os gastos que efetivamente ocorreram no período analisado, além de confrontar as informações que demonstram o balanço patrimonial da CAP S/A.

#### 4.3 ANÁLISE DOCUMENTAL

Por questão de sigilo não foi disponibilizado nenhum dos relatórios enviado aos órgãos, mas para melhor entendimento da prestação de contas ao BNDES, segue a planilha que é utilizada como base para os fins de comprovação.

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO	
<b>Tabela 1 - Relação de Pagamentos</b>	
<p><b>Item QUF</b> - código no Quadro de Usos e Fontes  <b>Bem ou serviço</b> - detalhamento do que está sendo pago com os recursos.  <b>Fornecedor</b>  <b>CNPJ do Fornecedor</b>  <b>Nº Medição</b>  <b>Período da medição</b>  <b>Nº Nota Fiscal</b>  <b>Valor Nota Fiscal</b>  <b>Data de emissão da Nota Fiscal</b>  <b>Documento de pagamento</b> - nº do processo de pagamento  <b>Nº Cheque ou TED</b> - identificação do documento pelo qual foi efetivado o pagamento  <b>Data do pagamento</b>  <b>Valor total do pagamento (R\$)</b> - pode ser inferior ao valor do documento fiscal</p> <p><b>OBS: As fontes de pagamento devem estar devidamente identificadas em cada processo de pagamento.</b></p>	
<b>Tabela 2 - QUF</b>	
<p><b>Item QUF</b>  <b>Realizado até ...</b> - Preencher com a data da comprovação  <b>Valor realizado</b>  <b>% executada</b>  <b>A Realizar</b>  <b>Valor a realizar</b>  <b>% que falta executar</b>  <b>Fontes de Recursos</b></p>	
<b>Tabela 3 - Consolidação Bancária</b>	
<p><b>Valor liberado:</b> Preencher com a soma das parcelas liberadas pelo BNDES referente à operação.  <b>Rendimentos financeiros:</b> Preencher com a soma dos rendimentos, sobre o valor liberado, decorrentes de aplicações financeiras.  <b>Saldo em conta corrente:</b> Preencher com o saldo em conta corrente na data de fechamento do RED - anexar o extrato bancário.</p>	

Fonte: BNDES (2012)

Figura 2 : Pasta Instruções – Planilha QUF BNDES

Na primeira pasta com o título “Instruções”, descreve as tabelas com suas instruções de preenchimento, detalhando item por item de como deve ser preenchido.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL - BNDES													
CONTRATO DE FINANCIAMENTO													
DATA INICIAL:													
VIGÊNCIA:													
BNDES													
VALOR INICIAL													
SALDO:													
CONTRAPARTIDA PR													
VALOR INICIAL													
SALDO:													
PAGAMENTOS REALIZADOS													
Item QUF	Bem ou Serviço	Fornecedor	CNPJ/CPF	Nº Medição	Período de Medição	Ordem de Compra	Número NF	Valor NF	Data de Emissão	Documento de Pagamento	nº Cheque ou TED	Data de Pagamento	Valor pago
													Valor Total

Fonte: BNDES (2012)

Figura 3 : Pasta 1. Notas Fiscais – Planilha QUF BNDES

Na segunda pasta com o título “1.Notas Fiscais”, onde é demonstrado de forma detalhada a destinação do recurso disponibilizado. No campo “Item QUF” (Quadro de Usos e Fontes) é informado o código para qual fim foi utilizada a atividade, conforme a tabela. No campo “Bem e Serviço” neste item é detalhado o que está sendo pago com o recurso. No campo “Fornecedor” é informado a instituição prestadora do bem ou serviço, assim como o seu CNPJ/CPF no campo correspondente. No campo “Nº Medição” é informado o número da medição realizada para tal fornecedor, a medição como próprio nome diz medi e determina a quantidade de material, mão de obra e máquinas aplicadas em determinada obra. No campo “Período da Medição” é preenchido a data em que a medição foi realizada. No campo “Ordem de Compra” é informado o número da autorização interna para realização da aquisição ou prestação de serviço realizada, para que esta ordem seja autorizada é necessário que a solicitação atenda alguns critérios burocrático internos, para que seja efetivamente aceita. Nos campos “Nº NF”, “Valor NF”, “Data de Emissão”, são informados os dados da nota fiscal do fornecedor em questão. No campo “Documento de Pagamento” é informado o número do processo de pagamento. No campo “Nº Cheque ou TED” é informado por qual meio foi efetivado o pagamento e seu código correspondente. Nos campos “Data do Pagamento” e “Valor Total do Pagamento”, são informados a data efetiva do pagamento realizado ao fornecedor e o valor do pagamento, que não precisa ser necessariamente o valor correspondente ao valor total da nota fiscal, podendo ser inferior.

Todas as fontes de pagamentos devem estar devidamente identificadas em cada processo de pagamento, pois demonstra o controle da destinação do recurso e sua real utilização.





percentual e conseguir aprovação do efetivo junto à fiscalização. Com este material o TCE-PR faz um trabalho de análise confrontando o orçamento inicial da obra que foi repassado pelo BNDES ao órgão, como demonstra as figuras:

DIVERGÊNCIAS ENTRE ORÇAMENTO E MEMÓRIA DE CÁLCULO DE AVANÇO FÍSICO									
ORÇAMENTO FORNECIDO PELO BNDES					MEMÓRIA DE CÁLCULO DE AVANÇOS FÍSICOS - MCA / ARENA CAP SA Percentual físico-financeiro apontado como executado até maio/2013 - (47,5%)				
Item	Serviços	Unid.	Quant.	Peso	Item	Serviços	Unid.	Quant.	Peso
1	Projetos, Estudos e Consultorias	vb	21	5,32%	1.1	Geral - Projeto	gb	1,00	6,53%
7	Administração, Gerenciamento e Fiscalização	mês	18	5,43%	1.2	Geral - Gerenciamento	gb	1,00	7,85%
					1.3	Geral - Outras Despesas	gb	685.290,00	0,32%
9	Demolições			0,69%					
9.8/ 9.9/ 9.10/ 9.11/ 9.12/ 9.13/ 9.16	Demolição de Residências	m²	3.799,60		2.1.3	Obras Civis - Demolição Residências	m²	5.166,30	0,28%
9.4/ 9.15	Demolição de Paredes	m²	8.837,00		2.1.1	Obras Civis - Demolição de Alvenaria	m²	16.938,10	0,93%
9.1/ 9.2/ 9.3/ 9.5/ 9.7/ 9.14	Demolição de Concreto Armado	m³	1.671,14		2.1.2	Obras Civis - Demolição Concreto Armado	m³	3.056,84	0,57%
9.6	Demolição de Lajes	m²	4.447,00						
8	Remoções			0,34%	2.1.4	Obras Civis- Remoção de Cadeiras, Instalações e Coberturas/Estrutura Metálica	gb	1,00	0,92%
8.1	Remoção e bota fora calçada/pavimentações	m²	23.774,00						
8.2	Remoção de assentos cadeiras e mobiliário	ud	28.739,00						
8.3	Remoção cobertura estádio	diversas							
8.4	Remoções Diversas	diversas							
3	Serviços Iniciais	diversas		0,04%	2.2.1	Serviços Preliminares	gb	1,00	1,05%
41	Sistema de Esgoto e Água Pluviais	diversas		0,85%	4.1.1/ 4.2.1	Instalação e Fornecimento - Esgoto	gb	1,00	0,49%
42	Sistema de Água Fria, Água Quente e Incêndio	diversas		0,68%	4.1.3/ 4.2.3	Instalação e Fornecimento - Tubos, Água Fria e Quente	gb	1,00	0,49%
44	Instalações de Gás	vb	1,00	0,05%	4.1.2/ 4.2.2	Instalação e Fornecimento - Incêndio e Gás	gb	1,00	0,36%

Fonte: TCE-PR – Relatório de Fiscalização nº 07 (2013,p.37)

Figura 6 : Planilha Comparativo entre Orçamento e Memória de Cálculo Avanço Físico

DIVERGÊNCIAS ENTRE ORÇAMENTO E MEMÓRIA DE CÁLCULO DE AVANÇO FÍSICO									
ORÇAMENTO FORNECIDO PELO BNDES					MEMÓRIA DE CÁLCULO DE AVANÇOS FÍSICOS - MCA / ARENA CAP SA				
Item	Serviços	Unid.	Quant.	Peso	Item	Serviços	Unid.	Quant.	Peso
Sem correspondência					5.1.2	Sistemas Elétricos - Média Tensão	gb	1,00	1,87%
26	Equipamento No Break	pç	93,00	1,79%	Sem correspondência				
27	Energia Elétrica - Entrada	diversas		0,40%	5.1.1	Sistemas Elétricos - Baixa Tensão	gb	1,00	3,67%
28	Subestações	diversas		1,04%					
29	Rede subterrânea	diversas		0,22%	5.1.3	Sistema Elétrico - Aterramento/SPDA	gb	1,00	1,36%
30	Baixa Tensão	diversas		5,42%	5.1.4	Sist. Elétrico- Iluminação Campo + Externa	gb	1,00	1,80%
31	Quadros elétricos baixa tensão	pç	587,00	1,08%	6.1.1/ 6.2.1	TI - Fornecimento Execução - Infraestrutura Seca	gb	1,00	1,82%
32	Aterramento	diversas		0,06%	6.1.2/ 6.2.2	TI - Fornecimento Execução - Cabeamento Estruturado	gb	1,00	1,82%
33	Geradores	ud	8,00	0,50%	6.1.3/ 6.2.3	TI - Fornecimento Execução - CFTV (segurança)	gb	1,00	2,13%
34	Sistema de Proteção de Descarga Atmosférica	diversas		0,09%	6.1.4/ 6.2.4	TI - Fornecimento Execução - Sonofletores	gb	1,00	0,61%
35	Iluminação do Campo	diversas		1,34%	6.1.5/ 6.2.5	TI - Fornecimento e Execução - Câmera, áudio e vídeo	gb	1,00	0,76%
Sem correspondência					6.2.6	TI - Execução - Pannel do Campo	gb	1,00	0,46%
38	Cabeamento Estruturado	diversas		1,40%	2.3	Terraplenagem	m³	49.335,51	0,80%
36	Sistema de Automação e Segurança	ud	3,00	4,52%	2.4	Estaqueamento	ud	1399,00	1,70%
37	Sistema de Áudio e Vídeo	diversas		2,55%	2.5	Infraestrutura (Blocos, Vigas e Muros de Contenção de Concreto)	m³	6.725,30	4,20%
11	Terraplenagem	m³	55.673,63	0,41%	2.2.2	Contenções (cortina Painéis alveolares em Concreto Armado)	m²	1.192,88	0,45%
12	Estaqueamento	ud.	1.894,00	2,49%					
13	Infraestrutura (Blocos - Vigas - Laje de Piso)	m³	8.678,08	4,94%					
10.3	Contenções em concreto armado(1)	m²	811,60	0,06%					
10.1	Contenções -Perfis Metálicos - Lajes alveolares	m	1.412,09	0,27%					
10.2	Contenções Tirantes	m	754,00	0,19%					

Fonte: TCE-PR – Relatório de Fiscalização nº 07 (2013,p.38)

Figura 7 : Planilha Comparativo entre Orçamento e Memória de Cálculo Avanço Físico

DIVERGÊNCIAS ENTRE ORÇAMENTO E MEMÓRIA DE CÁLCULO DE AVANÇO FÍSICO									
ORÇAMENTO FORNECIDO PELO BNDES					MEMÓRIA DE CÁLCULO DE AVANÇOS FÍSICOS - MCA / ARENA CAP SA				
Item	Serviços	Unid.	Quant.	Peso	Item	Serviços	Unid.	Quant.	Peso
14	Supraestrutura	m²	21.366,28	12,30%	2.6	Superestrutura (Pilares, Vigas e Lajes)	m²	19.775,15	12,80%
15	Estruturas pré-moldadas (Pilares, Vigas, Lajes)	m³	3.729,24	3,77%	2.7	Estruturas Pré-Fabricadas (Arquibancadas)	m³	1.609,46	0,80%
17	Estruturas metálicas	kg	3.211.501,10	15,64%	3	Estrutura Metálica	t	4.512,00	25,80%
39	Ar Condicionado, Ventilação e Exaustão	pç	1.505,00	4,36%	9.1	Ar Condicionado, Ventilação e Exaustão (Climatização)	gb	1,00	3,01%
40	Placar Eletrônico	m²	1.583,31	1,01%	9.5	Placar Eletrônico/Painel Led	gb	1,00	0,90%
45	Elevadores	ud.	22,00	1,18%	9.2	Elevadores	ud	18,00	1,40%
47	Assentos e Cadeiras	ud	40.811,00	4,19%	9.3	Assentos e Cadeiras	ud	43.981,00	4,40%
51	Mobiliário	vb	1,00	0,08%	9.4	Mobiliário	gb	1,00	0,10%
18	Telhado e fechamentos laterais	diversas		2,50%	Sem correspondência				
Sem correspondência					7.1.1	Campo de Jogo- Escavação	m²	14.707,00	0,14%
					7.1.2	Campo de Jogo- Drenagem Profunda	gb	1,00	0,14%
					7.1.3	Campo de Jogo - Drenagem Superficial	gb	1,00	0,28%
					7.1.4	Campo de Jogo - Sistema de Irrigação	gb	1,00	0,21%
					7.1.5	Campo de Jogo - Plantio do Gramado	gb	1,00	0,35%
					7.1.6	Campo de Jogo - Topsoil, Nivelamento e Plantio	gb	1,00	0,28%
50	Gramado	diversas		1,53%	8.1.3/8.2.3	Acabamentos e Fachada - Fornecimento e Execução Pavimentação	gb	1,00	2,12%
21	Pavimentação	diversas		3,76%	8.1.4/8.2.4	Acabamentos e Fachada - Fornecimento e Execução Esquadrias	gb	1,00	1,53%
23	Esquadrias de Alumínio e Vidro	m²	15.501,02	1,46%	8.1.1/8.2.1	Acabamentos e Fachada - Fornecimento e Execução Alvenaria	m²	33.028,84	0,78%
24	Esquadrias Metálicas e Serralheria em Geral	diversas		1,59%					
19	Alvenarias e divisórias	m²	38.186,27	0,98%					

Fonte: TCE-PR – Relatório de Fiscalização nº 07 (2013,p.39)

Figura 8 : Planilha Comparativo entre Orçamento e Memória de Cálculo Avanço Físico

DIVERGÊNCIAS ENTRE ORÇAMENTO E MEMÓRIA DE CÁLCULO DE AVANÇO FÍSICO									
ORÇAMENTO FORNECIDO PELO BNDES					MEMÓRIA DE CÁLCULO DE AVANÇOS FÍSICOS - MCA / ARENA CAP SA				
Item	Serviços	Unid.	Quant.	Peso	Item	Serviços	Unid.	Quant.	Peso
46	Pinturas	m²	142.058,06	0,60%	8.1.5/8.2.5	Acabamentos e Fachada - Fornecimento e Execução Pintura	gb	1,00	0,53%
16	Tratamentos, proteção e impermeabilização	m²	30.338,89	0,57%	8.1.2/8.2.2	Acabamentos e Fachada - Fornecimento e Execução Impermeabilização	m²	28.071,74	0,47%
Sem correspondência					8.1.6/8.2.6	Acabamentos e Fachada - Fornecimento e Execução Diversos	m²	1,00	0,47%
2	Remanejamento da Administração do CAP	vb		0,37%	Sem correspondência				
6	Consumos	mês		0,35%	Sem correspondência				
25	Esquadrias de madeira	diversas		0,34%	Sem correspondência				
22	Forração	m²	22.816,17	0,29%	Sem correspondência				
4	Tapumes e proteções	m²	35.584,20	0,17%	Sem correspondência				
20	Revestimento	diversas		0,15%	Sem correspondência				
5	Instalações provisórias	diversas		0,14%	Sem correspondência				
52	Acabamentos e Serviços Diversos	vb		0,12%	Sem correspondência				
49	Programação visual bilingue	diversas		0,09%	Sem correspondência				
48	Demarcações em Geral	diversas		0,03%	Sem correspondência				
TOTAL				100,00%	TOTAL				100,00%

Fonte: TCE-PR – Relatório de Fiscalização nº 07 (2013,p.40)

Figura 9 : Planilha Comparativo entre Orçamento e Memória de Cálculo Avanço Físico

. As informações apresentadas nas figuras 06, 07, 08 e 09, TCE-PR (2013,p.37)

[...] envolveu a confrontação dos serviços previstos no projeto do estádio, encaminhado ao TCE-PR pelo BNDES, em 22 de abril de 2013, incluindo orçamento, memoriais descritivos e especificações, com os serviços fisicamente executados, registrados em planilhas específicas elaboradas pela empresa MCA – Auditorias e Gerenciamento, contratada pelo CAP S/A para gerenciar a obra.

O TCE-PR demonstra em seu comparativo a existência de divergência em seus controles, utilizando um para o orçamento repassado ao BNDES e outro para o controle de evolução da obra. (TCE-PR, 2013, p. 41)

Estas evidências permitem concluir que a MCA/CAP S/A não utiliza, para controle da execução da obra, o orçamento correspondente ao projeto enviado a este TCE pelo BNDES, mas sim um orçamento de outro valor, sem correspondência com o orçamento em questão, que apresenta outras quantidades de serviços e, conseqüentemente, outro peso para cada um deles.

Evidencia a falha no próprio controle exigido pelo BNDES, onde acompanha apenas o efetivo financeiro e não o construtivo, ao alinhar os dois controles encontram-se divergências, ou seja, estas informações deviam ser alinhadas nos parâmetros do controle dentro das exigências do BNDES, evitando assim, os erros ocorridos no orçamento do apresentado inicial com o efetivo.

Como o BNDES no projeto ProCopa Arenas, financiou apenas 75% da obra, os outros 25% é de responsabilidade privada, outro critério a ser utilizado para a liberação da primeira parcela da concessão de crédito, deveria ser a comprovação do investimento privado no realizado da obra, ou seja, 25% do orçamento já deveria ser realizado e comprovado para que o repasse se iniciasse, diferente do que aconteceu, onde o BNDES após efetivação de contrato já liberou 20% do financiamento, pra então cobrar 20% do que financiou realizado na obra, para então liberar a 2ª parcela.

Um dos critérios a ser melhor avaliado no processo é a questão dos orçamentos apresentados, pois todo o processo de financiamento é realizado com base num orçamento inicial, mas durante o andamento da obra a CAP SA teve que ajustar o valor total da obra 3 vezes, demonstrando que não teve o cuidado

necessário para realizar os cálculos de projeção do orçamento de sua obra, deixando uma imagem de que apresentou um orçamento qualquer apenas para conseguir a liberação do financiamento e que durante o processo realizaria os ajustes assim como fez, com contratos de complemento ao empréstimo, seu orçamento inicial representou aproximadamente 55% do que foi realizado, a diferença de cálculo de projeção foi exorbitante.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

O presente trabalho abordou diversos assuntos a respeito da concessão de crédito do BNDES para projetos da Copa do Mundo 2014, assim como suas diretrizes e manuais.

Verificou-se a suma importância do assunto em relação ao esclarecimento de como é feita a disponibilização do recurso e quais os critérios a serem atendidos, deixando claro que este processo é muito mais complexo do que relatado nas mídias.

O destaque deste trabalho proposto é evidenciar os controles para concessão de crédito para realização de obras para Copa 2014, junto ao BNDES.

Os critérios exigidos pelo órgão para conceder o crédito, exigem da organização uma postura bastante burocrática e limitada ao acordado junto ao contrato de empréstimo.

O objetivo deste trabalho foi atingido, pois foi possível descrever os controles realizados antes e durante a concessão do crédito para a realização de obras para a Copa do Mundo 2014.

Conclui-se através das respostas obtidas na pesquisa e entrevista realizada, que a CAP S/A possui controles conforme as necessidades do órgão BNDES, limitando-se a atender as exigências pré-estabelecidas em contrato, tanto que a ferramenta de maior controle dentro do processo foi disponibilizada pelo o banco, onde a instituição se limitou a alimentá-la.

Recomenda-se para próximos estudos, a evidenciação dos controles e processos aderidos para a liquidação do capital requerido junto ao BNDES, um acompanhamento dos processos que foram abertos para a realização da Copa do Mundo 2014. Demonstrar a prestação de contas e a forma como cada instituição adotou para liquidar a dívida. Estudo mais aprofundado aos trabalhos de fiscalização realizado pelo TCE-PR, assim como os erros de orçamentos apresentados.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Lúcia Pacheco, **Como elaborar monografias**. 4 ed. rev. E atual. Belém: Cejup, 1996, Cap. 4, p 106.

BRASIL. Decreto 7.525 de 15 de julho de 2011. Altera para a RECOPA a sigla de Regime Especial de Tributação para Construção, Ampliação, Reforma ou Modernização de Estádios de Futebol, a que se refere ao Decreto 7 319, de 28 de setembro de 2010. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 jul. 2011. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7525.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7525.htm)>. Acesso em 16/04/2013

GASPAR, Elvio. **BNDES Grandes Eventos Esportivos Modalidade Urbana Sustentável – Agosto 2011**. Disponível em <[http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/imprensa/noticias/noticias\\_arquivos/BNDES.pdf](http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/imprensa/noticias/noticias_arquivos/BNDES.pdf)>. Acesso em 01/09/2013

GIL, Antonio Carlos, 1946 – **Como elaborar projetos de pesquisa**/Antonio Carlos Gil – 5 ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

Grupo I – Classe V – Plenário - TC024 741/2012-4. Relatório de Acompanhamento Ministro Valmir Campelo. **TCU e a Copa do Mundo 2014, relatório de situação Março 2012**. Brasília, TCU 2013.

Ministro Valmir Campelo. **TCU e a Copa do Mundo 2014, relatório de situação abril 2013**. Brasília, TCU 2013.

Nota Técnica DIEESE nº 110 maio 2012 – **Consideração sobre a Copa do Mundo Brasil**. Disponível em <<http://www.sebrae.com.br/atender/customizado/sebrae2014/sebrae-2014/estudos-e-pesquisas/Nota%20Tecnica%20Dieese%20->

%20Consideracoes%20sobre%20a%20Copa%20do%20Mundo%20no%20Brasil.>. Acesso em 01/09/2013.

Programa BNDES de Arenas para Copa do Mundo de 2014 - **BNDES ProCopa Arenas**. Disponível em <[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes\\_pt/Institucional/Apoio\\_Financeiro/Programas\\_e\\_Fundos/procopaarenas.html](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Programas_e_Fundos/procopaarenas.html)>. Acesso 01/09/2013

Programa BNDES de Turismo para Copa do Mundo de 2014 - **BNDES ProCopa Turismo**. Disponível em <[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes\\_pt/Institucional/Apoio\\_Financeiro/Programas\\_e\\_Fundos/procopaturismo.html](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Programas_e_Fundos/procopaturismo.html)>. Acesso 01/09/2013

RICHARDSON, R. J.. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

SILVA, Mary A. Ferreira. **Método Científico**. Curitiba: IBEP, 2004.

TCU TC024 741/2012-5. Disponível em <>. Acesso em 01/09/2013

TORRES, Rodolfo. **BNDES e a Copa 2014 – novembro 2011**. Disponível em <<http://www.abde.org.br/uploads/0212201112036950Rodolfo%20-%20BNDES%20Copa%202014.pdf>>. Acesso em 01/09/2013

VERGARA, Sylvia Constant – **Métodos de pesquisa em administração**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2010

VERGARA, Sylvia Constant – **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 10. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

REVISTA VEJA - **Copa do Mundo 2014**. Disponível em <[http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/perguntas\\_respostas/copa\\_do\\_mundo/#1](http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/perguntas_respostas/copa_do_mundo/#1)>. Acesso em 29/01/2014

RESOLUÇÃO Nº 4, DE 7 DE MARÇO DE 2012  
<<http://www.portaltransparencia.gov.br/copa2014/arquivos/Resolucao-GECOPA-4.pdf>>. Acesso em 29/01/2014

Portal Transparência Copa 2014  
<<http://www.portaltransparencia.gov.br/copa2014/financiamentos>>. Acesso em 31/01/2014.

Copa 2014 Desafios e Responsabilidade - **Subcomissão de Fiscalização da Copa de 2014**. Brasília | 2010

Site BNDES <  
[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes\\_pt/Institucional/Apoio\\_Financeiro/](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/)> Acesso em 04/02/2014.

Site TCE – PR < <http://www1.tce.pr.gov.br/> >. Acesso em 17/02/2014

## APÊDICE A

# ENTREVISTA

Entrevista realizada com o Diretor Financeiro da CAP S/A, através de e-mail nos dias 17/02/2014 e 21/02/2014.

### **1 - Para a liberação das parcelas junto ao BNDES, foram exigidos alguns procedimentos burocráticos, quais foram? E de que maneira foram apresentados?**

COMO REGRA GERAL TODOS EMPRESTIMOS JUNTOS AO BNDES SO SAO FEITOS EM PARCELAS. PRIMEIRO VC COMPROVA QUE GASTA E DEPOIS ELES DE RESSARCEM. EXEMPLO. VC EMPRESTA R\$100MIL. EH EXIGIDO QUE VOCE COMPROVE QUE GASTOU A SUA PARTE (ENTRADA). APÓS, ESTA COMPROVAÇÃO ELES LIBERAM A PRIMEIRA PARCELA. ASSIM QUE COMPROVAR QUE GASTOU ESTA PARCELA ELES LIBERAM A PROXIMA.

### **2 - Quais os Órgãos de fiscalização tem que atender e a frequência?**

PARA FINS DE LIBERAÇÃO BASTA A AUDITORIA DA PRICEWC QUE ATESTA O AVANCO FISICO E FINANCEIRO DA OBRA. FEITO ISSO A AGENCIA DE FOMENTO PARANA PEDE A LIBERACAO A BNDES. POREM DOIS ORGAOS SOLICITAM ANALISES FREQUENTES - TCE TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO E CGU - CONTROLADORIA GERAL DA UNIAO. MENSALMENTE FAZEM ANALISES.

### **3 - Qual plano de ação adotou na sua gestão, para atender a demanda burocrática da liberação das parcelas?**

DEVIDO AO SIGILO DAS INFORMAÇÕES É COMPLICADO VOCE TER UMA EQUIPE PARA ATENDER TODOS ESSES ORGAOS. ASSIM, PREFERI "NA MINHA GESTAO" CENTRALIZAR COMIGO AS INFORMAÇÕES E ATENDIMENTOS, E DEIXEI MINHA EUIPE PARA O RESTANTE DO TRABALHO BUROCRATICO DO DEPARTAMENTO. ASSIM POSSO ME DEDICAR INTEGRALMENTE A ESTE ATENDIMENTO.

### **4- Com relação a utilização da verba, quais são os controles realizado?**

MENSALMENTE A PRICEWC AUDITA E APROVA TODOS OS GASTOS QUE EFETIVAMENTE ACONTECERAM. ANALISAM O BALANÇO E UMA PLANILHA ESPECIFICA ELABORADA PELO BNDES E EXIGIDA PARA FINS DE COMPROVACAO

### **5- Qual é o papel da Fomento processo, qual é a relação com a agência?**

A FOMENTO É A CENTRALIZADORA DA OPERAÇÃO. É A RESPONSÁVEL EM INFORMAR AO BNDES QUE FOI ATINGIDO O AVANÇO FÍSICO E FINANCEIRO E ASSIM SOLICITA O REPASSE DA VERBA. ESTE REPASSE ENTRA NA CONTA DA FOMENTO QUE POSTERIORMENTE É ENVIADO AO DESTINATÁRIO.

### **6- QUAIS ANÁLISES SÃO SOLICITADAS FREQUENTEMENTE PELO TCE E CGU?**

CGU Solicita mensalmente:

- Fornecedores ainda por contratar.
- Fornecedores contratados no mês.
- Cronograma Físico e Financeiro da Obra.
- Relatório Fotográfico
- Relação das Licenças Ambientais

TCE solicita basicamente Orçamento e Cronograma Físico Financeiro

### **7- PODE ME MANDAR UMA COPIA DA PLANILHA PADRÃO BNDES DE COMPROVAÇÃO DE GASTOS?**

Posso, mas não tenho aqui mesmo.

### **8- COMO A FOMENTO É A CENTRALIZADORA, EXISTE UMA ROTINA DE SOLICITAÇÕES QUE A MESMA FAZ À CAP SA? QUAIS?**

Isso varia de contrato pra contrato.

A Fomento Paraná, como o próprio nome diz, é uma agência de Fomento, ou seja empresta dinheiro às empresas, sejam elas públicas ou privadas.

De acordo com cada contrato existem as exigências.

No caso dos empréstimos voltados para a COPA existem algumas rotinas.

- Extratos semanais da c/c
- Relatório Mensal de Andamento da Obra
- Cronograma Físico e Financeiro

Alem desses existem os relatorios mensais elaborados por uma empresa Auditora. A PriceWC por exemplo.